

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.095 - SP (2019/0301481-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VICTOR LUIZ OLIVEIRA DA PAZ - BA033512
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RENATO DOS SANTOS DIAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de RENATO DOS SANTOS DIAS contra acórdão, do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferido no julgamento do HC n. 2139377-88.2019.8.26.0000, assim ementado:

"'Habeas corpus' buscando a anulação da decisão que negou ao paciente o direito de apresentação de suas razões recursais em segunda instância, nos termos do disposto no artigo 600, § 4º, do Código de Processo Penal.

- 1. Circunstâncias do caso que conferem juridicidade à decisão judicial de primeiro grau.*
- 2. Configurado um quadro de abuso de direito. Ordem denegada, cassando-se a liminar concedida." (fl. 180)*

No presente *writ*, a defesa afirma que mesmo para a Defensoria Pública que atua na Primeira Instância deve ser facultada a possibilidade de apresentar as razões recursais em Segunda Instância. Para tanto, alega:

"O paciente foi condenado como incurso no artigo 155, § 4º, incisos I e II, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.

Inconformado, o paciente apelou, em 19/09/2018, requerendo a abertura de vista para a apresentação de razões de apelação na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal (fl. 208).

O recurso foi recebido, em fevereiro de 2019. Todavia, o Juízo determinou a remessa dos autos à Defensoria Pública para a apresentação de razões de apelação, deixando de aplicar o art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal.

Superior Tribunal de Justiça

A Defensoria Pública opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados.

Inconformada, ainda interpôs recurso em sentido estrito, que não foi admitido. Por fim, foi determinada a abertura de vista à Defensoria Pública para a 'apresentação de razões de apelação, no prazo legal, sob pena de nomeação de defensor dativo para a apresentação da referida peça'.

O habeas corpus foi denegado, conforme decisão anexa."
(fl. 4)

A impetrante, desta forma, requer, em liminar, a suspensão do andamento do processo até o julgamento do *writ*. No mérito, busca o direito de apresentar razões de apelação diretamente no Tribunal.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus bonus iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Devidamente instruídos os autos, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator